O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A EDUCAÇÃO

CRISTIANE OLIVEIRA DE SOUSA

RESUMO
Neste contexto, é importante compreender os benefícios da integração de estratégias de intervenção no processo de brincar para crianças com TEA. Estudos mostram que intervenções baseadas no uso de brinquedos e brincadeiras adaptadas podem melhorar habilidades sociais, comunicação e interação de crianças com TEA. Além disso, a presença de brincadeiras estruturadas, supervisionadas e inclusivas pode promover a participação e engajamento das crianças com TEA em atividades lúdicas. O transtorno do espectro autista (TEA) é uma condição neurológica que afeta o desenvolvimento da comunicação, interação social e comportamento de indivíduos. O ato de brincar é essencial para o desenvolvimento infantil, promovendo habilidades como imaginação, criatividade e interação social. No entanto, crianças com TEA podem enfrentar desafios na brincadeira devido às dificuldades de interação social e comunicação.

Palavras-chave: Autismo; Respeito; Diversidade; Educação para todos.

INTRODUÇÃO

O brincar é uma atividade fundamental para o desenvolvimento saudável e feliz de uma criança. É através do brincar que as crianças exploram o mundo ao seu redor, desenvolvem habilidades motoras, cognitivas, emocionais e sociais, e aprendem a se relacionar com os outros. No entanto, para crianças com autismo, o ato de brincar pode ser um desafio, devido às dificuldades em se envolver em jogos simbólicos, imitar os outros e se comunicar de forma adequada.

É importante entender a relação entre o Transtorno do Espectro Autista e o ato de brincar, a fim de ajudar as crianças autistas a se engajarem em atividades lúdicas de forma significativa e estimulante. Neste sentido, este estudo se propõe a explorar os benefícios do brincar para crianças com autismo, bem como as estratégias e intervenções que podem ser implementadas para promover o brincar inclusivo e terapêutico para essas crianças.

Ao longo deste texto, serão abordados diversos temas relacionados ao autismo e ao brincar, tais como a importância do brincar no desenvolvimento infantil, as características do brincar em crianças com autismo, as barreiras que impedem o engajamento em atividades lúdicas, as intervenções baseadas em evidências para promover o brincar inclusivo, entre outros. Espera-se que este estudo contribua para uma maior compreensão do Transtorno do Espectro Autista e para o desenvolvimento de práticas mais inclusivas e eficazes no contexto do brincar.

Dessa forma, é fundamental que profissionais da saúde, educação e famílias estejam atentos às necessidades e potencialidades das crianças com TEA no contexto do brincar. A abordagem terapêutica e educacional deve ser adaptada de forma a promover o desenvolvimento global e a inclusão social dessas crianças, reconhecendo o brincar como uma ferramenta fundamental para o seu desenvolvimento e bem-estar.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurobiológica que afeta o desenvolvimento infantil, afetando a comunicação, interação social, comportamentos repetitivos e interesses restritos. A cada dia, mais e mais crianças são diagnosticadas com autismo, tornando-se uma das condições de desenvolvimento mais comuns na infância.

APRENDENDO ATRAVÉS DAS DIFERENÇAS HUMANAS

Segundo Mantoan (2003, p. 26),

“a inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro, e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”. Cada indivíduo é uma soma de vivências, trajetórias, experiências e conjunturas e as pessoas com deficiência não são diferentes.

Trazem bagagens emocional e racional e as utiliza para traçar novas metas e caminhos. Não se pode ignorar e nem ao menos menosprezá-las, pois devem ser tratadas de forma igualitária, pois este é o principal objetivo da inclusão destas pessoas na escola e na so-

ciedade. A inclusão, sendo assim, começa em nosso dia a dia, quando oferecemos respeito, consideração e o direito de elas terem as mesmas oportunidades que todos, não subestimando sua inteligência e nem as vendo como incapazes (MANTOAN, 2003).

Sendo assim, as escolas devem estar preparadas para receber este aluno com deficiência, atendendo a regulamentação de acessibilidade e com espaços diferenciados para que este aluno tenha aulas complementares e/ou diferenciadas se for o caso e participe ativamente de todas as atividades possíveis e diversificadas na escola. Alunos com deficiências sejam elas mental, física, visual, intelectual, auditiva e múltipla devem ser matriculados e terem acesso a todos os recursos possíveis (BRASIL, 1997).

A tecnologia assistiva, termo utilizado para identificar os recursos utilizados para as pessoas com deficiência, promovem e ampliam as habilidades funcionais destas pessoas. São práticas, serviços, recursos e produtos que auxiliam em todo o processo ensino-aprendizagem e definem uma estratégia para o docente seguir. Estes recursos e serviços têm uma infinidade de funcionalidades, pois a variedade e multiplicidade de deficiências são incontáveis, pois, uma criança autista, por exemplo, não terá as mesmas dificuldades que outra criança com o autismo (ARANHA, 2000).

O professor, portanto, deixa de ser a peça central no processo ensino-aprendizagem e é o aluno que através do estímulo de tudo e todos que passa a ser a principal ferramenta para que o processo seja positivo. Através desta compreensão é possível concluir que o educando "não tem que ser incluído, se há inclusão escolar, ele pertence naturalmente à escola" (ARANHA, 2000, p. 8).

É claro que não podemos exigir que o docente realize todo o trabalho sozinho e apenas dentro da sala de aula. O envolvimento de gestores, outros docentes, funcionários, os outros alunos e a família da criança tem que ser imprescindíveis na adaptação destes indivíduos dentro da escola. Inclusive nas aulas fora da sala, na quadra da escola, em aulas de educação física, por exemplo, onde a coordenação motora, companheirismo, sentimento de equipe são só alguns dos benefícios dessa convivência. E se a equipe escolar estiver focada e empenhada, as deficiências serão apenas um detalhe nas pequenas e grandiosas conquistas diárias destes seres humanos (PIAGET, 1984).

A educação infantil é um ótimo começo na inserção deste aluno na escola. É lá que a criança deverá ser acolhida de forma carinhosa e respeitosa para que tanto ela, como sua família e a própria escola criem laços de confiança e companheirismo em prol do mesmo objetivo. Que fique claro que a inclusão não é só necessária para a criança com deficiência. Para as outras crianças e/ou pessoas da comunidade escolar também é muito importante este desafio, já que é através deste convívio que os preconceitos e obstáculos são sanados:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicos ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados (BRASIL, 1997, p. 17 e 18).

A inclusão pode ser definida como um modelo de educação que propõe escolas onde todos possam participar e sejam recebidos como membros valiosos delas. Trata-se de uma filosofia e prática educativa que pretende melhorar a aprendizagem e participação ativa de todo o alunado em um contexto educativo comum (MORIÑA, 2010, p. 17).

Desta forma, vê-se que, por meio da integração escolar, o estudante tem acesso às escolas regulares por diversos caminhos como por exemplo sua matrícula em salas de aula comum/regular ou ainda em escolas especiais, preparadas para tal atendimento o mesmo autor ainda declara que:

Ao falar sobre a inclusão, Rodrigues (2006) a explica da seguinte forma: Já a inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e regular, como também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceções, devem frequentar as salas de aula do ensino regular

(RODRIGUES, 2006, p. 196).
O processo de integração escolar tem sido entendido de diversas maneiras. O uso do vocábulo "integração" refere-se mais especificamente à inserção escolar de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego é encontrado até mesmo para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer, residências para deficientes (MANTOAN, 2006, p. 14-15).
Os indivíduos apresentam diversificadas características comportamentais que influenciam as suas ações na sociedade. A nossa formação enquanto pessoa ocorre por meio dos conhecimentos que adquirimos no convívio com outros atores sociais. Nesta concepção de Santos (2008, p.18) refletir sobre inclusão parte do entendimento de que a inclusão é a ideia que todas as crianças, sem exceção, têm direito à educação juntamente com outras crianças em um mesmo ambiente escolar, sem que a instituição queira requisitos para o acesso, sem a seleção dos alunos, mas, que seja uma escola com garantias ao acesso e a estadia de todos os membros.
Dessa maneira, alunos advindos dos mais diferentes ambientes, com culturas e formas de vida diferenciadas, necessitam ser acolhidos, respeitados e educados da mesma maneira, sem nenhuma distinção. Para Pabis e Martins (2014, p. 10) é possível encontrar numa mesma turma, alunos vindos dos mais variados grupos sociais, com diferentes níveis econômicos pertencentes a diversas etnias, e até aqueles cujas famílias fizeram parte dos movimentos que estimulam no Brasil após redemocratização do país.
Na concepção de Gadotti (1992, p. 21),
"A escola que se insere nessa perspectiva procura abrir os horizontes de suas crianças para o entendimento de outras culturas, de outras linguagens e modos de pensar, num mundo muito mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista".
O Parecer n. 017/2001 do Conselho Nacional de Educação reconhece que, A consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro se traduz no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade.
O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional (BRASIL, 2001, p.11).
Dessa forma, a escola é um espaço onde se concentra muitos jovens em desenvolvimento da construção de identidade, ou seja, é um local propício para que possamos diminuir a discriminação e as diversas formas preconceituosas. Para alcançar a aprendizagem para todos os indivíduos, a educação de inclusão necessita estar engajada em um sistema responsável, permitindo que desencadeiam sentimentos de respeito aos ditos diferentes, sendo solidários e participantes. Segundo Mantoan (1997):
Por outro lado, esses estudos exigem da escola novos procedimentos de ensino e aprendizagem, concebidos a partir de uma mudança de atitudes dos professores e da própria instituição, reduzindo todo o conservadorismo de suas práticas, em direção de uma educação verdadeiramente interessada em atender às necessidades que, ora mais, ora menos, todos os aprendizes demonstram. Esse esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino fundamental tem como consequência natural a inclusão escolar e garante o cumprimento do princípio democrático de "educação para todos", que só se concretiza nos sistemas educacionais especializados em todos os alunos e não apenas em alguns deles, os deficientes (MANTOAN, 1997, p.116).
Nesse sentido, romper obstáculos e aceitar o novo é um desafio enorme que requer muita disposição. Por isso, às vezes é mais cômodo para nós, culparmos os indivíduos que são considerados diferentes para que elas se adequem à sociedade, e se esforcem para serem iguais a outras. Isto é, sejam "normais" e desenvolvam um comportamento e ações que se encaixem no que se define como correto, como a verdade (MANTOAN, 2005).

COMO INCLUIR BRINCANDO

Incluir atividades lúdicas na educação infantil é uma prática fundamental para promover o desenvolvimento integral das crianças. Brincar é uma forma natural de aprendizado para os pequenos, pois proporciona experiências significativas que contribuem para o desenvol-

vimento físico, cognitivo, emocional e social. Ao integrar o brincar no processo educativo, os educadores têm a oportunidade de criar um ambiente propício para a aprendizagem, estimulando a criatividade, a autonomia, a socialização e o senso de identidade das crianças. Além disso, as brincadeiras ajudam a fortalecer vínculos afetivos, a desenvolver habilidades de resolução de problemas e a promover a descoberta do mundo ao redor.
Existem diversas maneiras de incluir o brincar na rotina escolar, seja através de atividades dirigidas, como jogos educativos e contação de histórias, ou de momentos de livre brincadeira, onde as crianças têm a liberdade de explorar e criar de forma espontânea. É importante ressaltar que o brincar não deve ser visto como uma atividade secundária, mas sim como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem.
A brincadeira é uma atividade fundamental na vida de qualquer criança. Ela não só traz diversão e entretenimento, como também desempenha um papel crucial no desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos pequenos. Por isso, é de extrema importância que a brincadeira seja incluída no sistema educacional desde cedo.
Brincar estimula a criatividade e a imaginação das crianças, permitindo que elas explorem diferentes papéis, cenários e situações. Durante o ato de brincar, as crianças têm a liberdade de expressar seus sentimentos e emoções, desenvolvendo assim habilidades importantes para lidar com conflitos e desafios do dia a dia.
Além disso, a brincadeira também contribui para o desenvolvimento físico das crianças, promovendo a coordenação motora, equilíbrio e força. Por meio de atividades lúdicas, como correr, pular e dançar, as crianças desenvolvem suas habilidades motoras e aprimoram sua capacidade de movimento.
No aspecto social, a brincadeira é essencial para o aprendizado de regras, limites e interações sociais. Durante o brincar em grupo, as crianças aprendem a compartilhar, colaborar e respeitar os outros, construindo assim habilidades de comunicação e trabalho em equipe que serão fundamentais ao longo de suas vidas.
Além disso, a inclusão da brincadeira no sistema educacional contribui para tornar o processo de ensino e aprendizagem mais dinâmico e atrativo. As crianças se envolvem de forma mais ativa e participativa nas atividades escolares, tornando o aprendizado mais significativo e prazeroso.
Por outro lado, é importante ressaltar que muitas escolas ainda não dão a devida importância à brincadeira no ambiente escolar. Muitas vezes, as atividades lúdicas são relegadas a segundo plano em detrimento de conteúdos mais teóricos e tradicionais. No entanto, é preciso entender que a brincadeira não é uma atividade secundária, mas sim uma ferramenta essencial para o desenvolvimento integral das crianças.
Nesse sentido, é fundamental que os educadores estejam conscientes da importância da brincadeira no processo educacional e saibam como integrá-la de forma adequada em suas práticas pedagógicas. É necessário que as escolas forneçam espaços e materiais adequados para a brincadeira, além de capacitarem os professores para utilizar o brincar de forma educativa e construtiva.
Em suma, a inclusão da brincadeira no sistema educacional é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças. Através da brincadeira, as crianças exploram, descobrem, experimentam e aprendem de forma mais significativa e prazerosa. Portanto, é essencial que as escolas e educadores reconheçam a importância do brincar e o incorporem de forma efetiva em seu cotidiano, promovendo assim um ensino mais estimulante, criativo e inclusivo.
Para garantir que as brincadeiras sejam realmente educativas, é essencial que os educadores estejam atentos às necessidades e interesses das crianças, criando propostas pedagógicas que estejam alinhadas com o currículo escolar e que proporcionem desafios adequados ao desenvolvimento de cada criança. Além disso, é fundamental oferecer um ambiente seguro e acolhedor, onde as crianças se sintam estimuladas a explorar e experimentar sem medo de errar.
É importante também envolver as famílias no processo de inclusão do brincar na educação infantil, pois o apoio dos pais e responsáveis é fundamental para fortalecer a parceria entre escola e família e promover o desenvolvi-

mento integral das crianças. Os pais podem contribuir sugerindo atividades lúdicas para serem realizadas em casa, participando de momentos de brincadeira na escola e estimulando a continuidade do aprendizado através do brincar em casa.
Ao incluir o brincar na educação infantil, os educadores têm a oportunidade de criar um ambiente rico em experiências significativas, onde as crianças podem aprender de forma prazerosa e significativa. O brincar é uma ferramenta poderosa para estimular a criatividade, a imaginação e a curiosidade das crianças, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida e para o sucesso acadêmico.
Em resumo, a inclusão do brincar na educação infantil é uma prática fundamental para promover o desenvolvimento integral das crianças, estimulando a criatividade, a autonomia e a socialização. Ao proporcionar espaços e momentos de brincadeira, os educadores têm a oportunidade de criar um ambiente propício para a aprendizagem, onde as crianças podem explorar, experimentar e se desenvolver de forma plena. O brincar é uma forma natural de aprendizado para os pequenos, e sua inclusão na rotina escolar é uma questão essencial para garantir uma educação de qualidade e que valorize o potencial de cada criança.

A IMPORTÂNCIA DO ENVOLVIMENTO DOS FAMILIARES DE CRIANÇAS COM TEA NAS ATIVIDADES LÚDICA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica que afeta a capacidade de uma pessoa de se comunicar, interagir socialmente e se comportar de forma adequada. As crianças com TEA muitas vezes têm dificuldade em participar de atividades lúdicas, o que pode afetar seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Neste contexto, o envolvimento dos familiares nas atividades lúdicas das crianças com TEA desempenha um papel fundamental na promoção de seu bem-estar e na melhoria de sua qualidade de vida.
Os familiares desempenham um papel crucial no desenvolvimento das crianças com TEA, uma vez que estão mais próximos e têm um entendimento mais profundo das necessidades e desafios enfrentados por elas. Ao participar ativamente das atividades lúdicas, os familiares podem ajudar a criança a desenvolver suas habilidades sociais, de comunicação e emocionais, proporcionando um ambiente seguro e estimulante para seu crescimento e desenvolvimento.
Além disso, o envolvimento dos familiares nas atividades lúdicas pode fortalecer o vínculo familiar, promovendo a união e o afeto entre os membros da família. O apoio e a participação dos familiares nas atividades da criança com TEA são essenciais para o seu progresso e sucesso, contribuindo para sua autoestima, confiança e motivação.
O envolvimento dos familiares nas atividades lúdicas das crianças com TEA traz uma série de benefícios significativos. Estudos mostram que crianças com TEA cujos familiares participam ativamente de suas atividades lúdicas têm um melhor desempenho cognitivo, emocional e social, em comparação com aquelas que não recebem esse apoio.
Além disso, o envolvimento dos familiares nas atividades lúdicas pode melhorar a qualidade de vida da criança com TEA, aumentando sua felicidade, autoconfiança e independência. Os familiares também podem ajudar a criança a superar desafios e barreiras, encorajando-a a explorar novas habilidades e talentos.
Existem várias estratégias que os familiares podem adotar para se envolver nas atividades lúdicas das crianças com TEA. Uma delas é participar ativamente das brincadeiras e jogos, proporcionando um ambiente divertido e estimulante para a criança. Os familiares também podem criar rotinas e horários específicos para as atividades lúdicas, de modo a garantir sua regularidade e consistência.
Além disso, os familiares podem buscar apoio de profissionais especializados, como terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, para obter orientações e estratégias para promover o desenvolvimento da criança com TEA. A comunicação aberta e a colaboração entre os familiares e os profissionais de saúde são fundamentais para garantir o sucesso das atividades lúdicas e o bem-estar da criança.
O envolvimento dos familiares nas atividades lúdicas das crianças com TEA desempenha um papel crucial na promoção de seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Os familiares podem ajudar a criança a superar

desafios, promover seu bem-estar e fortalecer o vínculo familiar. Portanto, é essencial que os familiares se engajem ativamente nas atividades lúdicas da criança com TEA, proporcionando um ambiente seguro, estimulante e acolhedor para seu crescimento e desenvolvimento.
O envolvimento dos familiares nas atividades lúdicas das crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista) é de extrema importância para o desenvolvimento e bem-estar dessas crianças. O TEA é um distúrbio neurológico que afeta o desenvolvimento da comunicação, interação social e comportamento, e as atividades lúdicas podem desempenhar um papel crucial no apoio ao desenvolvimento dessas habilidades nas crianças com TEA.
Quando os familiares se envolvem nas atividades lúdicas das crianças com TEA, estão proporcionando um ambiente seguro, acolhedor e estimulante para elas explorarem e se desenvolverem. O brincar é uma forma de comunicação não verbal que pode ajudar as crianças com TEA a expressarem seus interesses, pensamentos e emoções, fortalecendo assim a conexão com seus familiares e cuidadores.
Além disso, as atividades lúdicas em família proporcionam momentos de diversão, cumplicidade e afeto, fortalecendo os laços familiares e promovendo um ambiente de apoio e compreensão para a criança com TEA. Os familiares podem aproveitar esses momentos de brincadeira para observar as preferências e habilidades da criança, criando assim oportunidades de aprendizado e desenvolvimento individualizado.
O envolvimento dos familiares nas atividades lúdicas das crianças com TEA também pode contribuir para a generalização de habilidades aprendidas em outros contextos. Ao brincarem juntos, os familiares podem ajudar a criança a transferir as habilidades e comportamentos aprendidos durante as atividades lúdicas para situações do dia a dia, facilitando a integração e participação da criança em diferentes ambientes e contextos sociais.
Além disso, o envolvimento dos familiares nas atividades lúdicas das crianças com TEA pode proporcionar benefícios para o desenvolvimento emocional e social da criança. A brincadeira em família promove a confiança, autoestima e autoexpressão da criança, além de ajudá-la a desenvolver habilidades sociais, como compartilhar, colaborar e interagir de forma mais assertiva com os outros.
Por fim, o envolvimento dos familiares nas atividades lúdicas das crianças com TEA é uma forma de promover a inclusão e aceitação dessas crianças na sociedade. Quando os familiares se envolvem de forma ativa e participativa nas atividades lúdicas com seus filhos com TEA, estão contribuindo para a quebra de estigmas e preconceitos em relação ao TEA, promovendo assim uma cultura de respeito, empatia e valorização da diversidade.

Em suma, o envolvimento dos familiares nas atividades lúdicas das crianças com TEA é fundamental para seu desenvolvimento e bem-estar. Ao brincarem juntos, os familiares estão proporcionando um ambiente estimulante e acolhedor para a criança explorar suas habilidades, interesses e emoções, fortalecendo os laços familiares e promovendo uma maior integração e participação da criança na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pessoa com autismo requer atenção, carinho, para tenha uma relação significativa e que seja estabelecida com quem se aproxima. Somos nós que temos que nos adaptar ao seu mundo e a sua linguagem, aprendendo com eles o quanto é especial o mundo em que eles vivem. E por fim, as práticas pedagógicas devem ser constantemente avaliadas, para que possam ser definidas a partir do aprendizado de cada um, considerando suas especificidades. É preciso pensar em escolas de Educação Infantil que amem as crianças acima de suas diferenças e necessidades e que as encorajem a ficar, desenvolver, crescer e aprender:
Com tanta diversidade em sala de aula, não é mais aceitável colocar a “culpa” na formação profissional. O profissional precisa buscar o que necessita e se atualizar constantemente, pois a formação continuada enriquece não só sua prática, mas sua vida de forma geral. Os cursos de Pedagogia precisam trabalhar não só com discussões e adaptações curriculares condizentes com a realidade das escolas, mas sim, fazer com que os estudantes compreendam que a diversidade da inclusão (seja ela de qual grau for) precisa ser discutida, com-

preendida e atendida da melhor forma, pois o professor é o grande responsável pela convivência e permanência dessas crianças nas escolas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil.
FIGUEIREDO, R. V. Incluir não é inserir, mas interagir e contribuir. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília: Secretaria de Educação Especial, v. 5, n. 2, 2010, p. 32-38.
FUMEGALLI, Rita de Cássia de Ávila - Inclusão escolar: O desafio de uma educação para todos? - Ijuí – RS, 2012.
MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.
MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.
MORIÑA, A. Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília: Secretaria de Educação Especial, v. 5, n. 1, 2010, p. 16-25.
RAMOS, M. B. J.; FARIA, E. T. Aprender e ensinar: diferentes olhares e práticas. Porto Alegre: PUCRS, 2011.
RODRIGUES, David. (Org.). Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.
ROPOLI, Edilene Aparecida. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva / Edilene Aparecida Ropoli et.al. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.
SASSAKI, R. K. Inclusão: o paradigma do século 21. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília: Ministério da Educação, p. 19-23. Out/2005.